



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
CENAF, Lote 7, Variante 2 - Bairro Capucho - CEP 49081-000 - Aracaju - SE - <http://www.tre-se.jus.br>

EDITAL DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PREGÃO 17/19 – ELETRÔNICO

PROCESSO SEI 0021794-70.2019.6.25.8000

ATENÇÃO

O **Acórdão 754/2015 TCU-Plenário** determina aos órgãos da Administração Pública que: "(...) autuem processo administrativo com vistas à apenação das empresas que praticarem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 e alertem-nos de que tal dispositivo tem caráter abrangente e abarca condutas relacionadas não apenas à contratação em si, mas também ao procedimento licitatório e à execução da avença(...)".

Em cumprimento à determinação, **alerta-se** para que o licitante analise detalhadamente o edital e seus anexos para formular proposta/lance passível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante às penalidades cabíveis, apuradas em regular processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, CNPJ 06.015.356/0001-85, doravante denominado **TRE-SE**, com sede no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, 49.081-000, Aracaju/SE, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, em meio **ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, dirigida por seu Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria 606/2017, e regida pela Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 7.174/2010, pela Resolução CNJ 182/2013, Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017, bem como subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e em seu(s) Anexo(s), objetivando a **CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS PARA ACESSO À INTERNET, ENGLOBANDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SUPORTE MENSAL, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO**.

Este Pregão Eletrônico será julgado pelo tipo de licitação **MENOR PREÇO**, segundo o fator **PREÇO GLOBAL POR ITEM**, e terá como fonte para seu pagamento recursos orçamentários e financeiros oriundos do Orçamento Geral da União e correrá à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0028 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - PTRES: 084632, Grupo de Natureza de Despesa - Outras Despesas Correntes.

Aplica-se à presente contratação o disposto nos incisos II e III do artigo 49 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, pois, durante a pesquisa de mercado, verificou-se que não existem empresas enquadradas como ME e EPP para o Estado de Sergipe (local) que atendam plenamente ao objeto do presente certame. Na mencionada pesquisa de mercado realizada, há apenas uma empresa classificada como ME (SECRELNET INFORMATICA - EIRELI - CNPJ 01.067.762/0001-78), porém com sede no Ceará e sem infraestrutura instalada em Sergipe. Nesse sentido, limitar a competitividade somente para empresas ME e/ou EPP colocará em risco o conjunto complexo do objeto a ser contratado.

A sessão pública, com o uso de recursos de tecnologia da informação, ocorrerá às **9h (NOVE HORAS), HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019**, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 O objeto deste Pregão Eletrônico é a **contratação de solução de comunicação de dados para acesso à Internet, englobando os serviços de instalação, configuração de equipamentos e suporte mensal**, conforme as condições e as normas estabelecidas neste Instrumento e em seu(s) Anexo(s).

2 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e obter chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br).

2.1.1 O credenciamento junto ao provedor do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br) implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.1.2 Para participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema (www.comprasgovernamentais.gov.br), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.2 O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRE-SE responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que provocados por terceiros.

2.3 Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização deste Pregão Eletrônico.

2.4 Não será admitido o consórcio de licitantes.

2.5 Não poderão participar deste certame:

2.5.1 Empresários cujos Estatutos ou Contratos sociais não incluam o objeto deste Pregão.

2.5.2 Empresas que tenham entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE-SE.

2.5.3 Pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário, ainda que sem função gerencial, servidor, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

3 FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta, **a partir de 9 DE OUTUBRO DE 2019**, data da publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União, Seção 3, **até 21 DE OUTUBRO DE 2019**, antes da abertura da sessão pública na internet, em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

3.1.1 Até a abertura da sessão pública na Internet, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

3.2 O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.3 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida ou de sua desconexão.

3.4 Nas propostas serão considerados obrigatoriamente:

3.4.1 Preços em moeda nacional, observando-se as especificações necessárias indicadas no **Anexo I - Termo de Referência** e inclusos os encargos ou despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, tais como: impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos.

3.4.1.1 Para elaborar a proposta o licitante deverá preencher a Planilha de Formação de Preços constante do **Anexo II**.

3.4.2 Especificações do objeto e prazos conforme item **5** deste Edital e **Anexo I** (Termo de Referência).

3.4.2.1 O encaminhamento da proposta implica adesão à descrição complementar constante do **Anexos I** (Termo de Referência).

3.4.2.1.1 É desnecessária a repetição dos termos constantes da descrição complementar.

3.4.2.1.2 Não será considerado o preenchimento do campo em desconformidade com a descrição complementar.

3.4.3 Declaração firmada no campo próprio de que atende os requisitos do art. 3º, I ou II, da Lei Complementar 123/2006, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos na referida Lei.

4 FORMA DE HABILITAÇÃO

4.1 O **licitante**, para habilitar-se, deverá apresentar os seguintes documentos:

4.1.1 Comprovação de cadastramento feita mediante apresentação do Certificado de Registro Cadastral (CRC) expedido por qualquer órgão ou entidade da administração pública ou, em sua falta, apresentação dos documentos estipulados a seguir, conforme o caso:

4.1.1.1 Registro comercial, no caso de empresário.

4.1.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

4.1.1.3 Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

4.1.1.4 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

4.1.1.5 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Instrumento.

4.1.2 Prova de regularidade para com as Fazendas federal (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de tributos e contribuições federais e certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa da dívida ativa da União), e municipal, do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.3 Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

4.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A do Decreto-Lei 5.452/1943 (Consolidação das Leis do Trabalho-CLT).

4.1.5 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

4.1.6 O licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação dos serviços de suporte e atendimento técnico a usuários de tecnologia da informação e comunicação (Service Desk).

4.1.6.1 Considera-se apto à comprovação exigida o(s) atestado(s) ou declaração(ões) que demonstre(m) a execução compatível com as características e quantidades estabelecidas no quadro a seguir:

Características	Quantidade
Fornecimento de enlace de comunicação de dados com tecnologia igual ou similar às admitidas neste documento.	No mínimo, a prestação de serviço de 1 (um) enlace.

4.1.6.2 Não serão considerados os atestados de capacidade técnico-operacional emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte o licitante.

4.1.6.3 O TRE-SE poderá realizar diligência a fim de se comprovar a veracidade das informações prestadas, podendo requerer cópias de contratos, notas fiscais ou quaisquer outros documentos que comprovem inequivocamente a prestação dos serviços.

4.1.6.4 Caso seja constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados, o atestado será desconsiderado.

4.1.7 Também deve ser apresentado o ato de outorga, emitido pela ANATEL, para operar enlaces de comunicação de dados multimídia dentro da Região I do Plano Geral de Outorgas da ANATEL, ou ato de outorga, emitido pela ANATEL, para operar enlaces de comunicação de dados multimídia em nível nacional.

4.1.8 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>.

4.1.9 Prova de não-inclusão no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), disponível em: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.

4.2 Os empresários ou sociedades com Níveis I (Credenciamento), II (Habilitação Jurídica), III (Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal), IV (Regularidade Fiscal Municipal), V (Qualificação Técnica) e VI (Qualificação Econômico-Financeira) válidos no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ficam dispensados de apresentar os documentos exigidos nos itens **4.1.1** a **4.1.6** desta cláusula, devendo cumprir as demais exigências.

4.3 A regularidade do licitante no SICAF será constatada por meio de consulta *on-line* na fase de habilitação.

4.4 No sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao assinalar o campo específico no qual declara estar ciente e concordar com as condições contidas no Edital e em seu Anexo I – Termo de Referência, o licitante também estará declarando que não viola a proibição do art. 7º, XXXIII, da CF/1988,

ou seja, que não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, e que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ficando, assim, dispensado do encaminhamento da declaração em referência.

5 PRAZOS

5.1 O prazo de validade da Proposta será de 60 (sessenta) dias contado da sua recepção, considerando-se para este fim a data da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.2 O TRE-SE, observando o prazo de validade da proposta, convocará o adjudicatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados da data em que receber a convocação, receber ou retirar a Nota de Empenho.

5.3 O prazo de vigência da contratação será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, admitindo-se a sua prorrogação na forma da Lei 8.666/1993.

6 PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

6.1 Esclarecimentos e Impugnação do Edital:

6.1.1 Qualquer pessoa poderá:

6.1.1.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, apresentar pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.1.2 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, impugnar o Edital, por meio do endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

6.1.2 O Pregoeiro, auxiliado pela Seção de Licitações, decidirá sobre o esclarecimento ou impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.1.2.1 O pedido de esclarecimento ou impugnação enviado depois do encerramento das atividades do dia será considerado recebido na primeira hora do expediente do dia útil seguinte, no TRE-SE, cujo horário de funcionamento é das 7h às 13h.

6.1.2.2 O pedido de esclarecimento ou impugnação e sua resposta estarão disponíveis nos sites www.comprasgovernamentais.gov.br e <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/pregoes-2019>.

6.1.3 Acolhida a impugnação e se ela afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.2 Classificação das Propostas e Formulação dos Lances:

6.2.1 O Pregoeiro, via sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), dará início à Sessão Pública, na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação das propostas recebidas em conformidade com o item 3.1.

6.2.1.1 O Pregoeiro procederá à verificação da conformidade das propostas quanto ao objeto, desclassificando fundamentadamente as que não atenderem às exigências deste Edital.

6.2.1.2 A proposta somente será classificada para a etapa competitiva se atender aos requisitos **do item**.

6.2.2 Aberta a sessão pública, na fase de lances, o licitante poderá encaminhá-los exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sendo imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.2.2.1 Os lances serão ofertados **pelo valor total de cada item**.

6.2.2.2 O licitante poderá oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.2.2.3 Somente será aceito lance inferior ao último valor registrado no sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) e ofertado pelo mesmo licitante.

6.2.2.4 Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido em primeiro lugar.

6.2.3 Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.2.4 A fase de lances será encerrada mediante aviso de seu fechamento iminente aos licitantes por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br).

6.3 Aceitabilidade das Propostas e Habilitação:

6.3.1 Condições Gerais de Aceitabilidade:

6.3.1.1 Após o encerramento da fase de lances, e antes de examinar a aceitabilidade da proposta, o Pregoeiro deverá encaminhar contraproposta, via chat do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), ao licitante cuja proposta esteja classificada em primeiro lugar **para o item**, a fim de:

6.3.1.1.1 Obter preço mais vantajoso para a Administração.

6.3.1.1.2 Ajustar o(s) preço(s) que se encontre(m) superior(es) ao(s) valor(es) de referência, caso em que o licitante será convocado a fazê-lo, até o limite e no prazo informados pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.2 Serão recusadas as propostas:

6.3.1.2.1 Cujo(s) preço(s) não seja(m) ajustado(s) conforme o item **6.3.1.1.2**.

6.3.1.2.2 Cujo(s) preço(s) seja(m) manifestamente inexequível(is), assim considerado(s) aquele(s) que não venha(m) a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos sejam coerentes com os praticados no mercado.

6.3.1.2.3 Cujas características não sejam compatíveis às especificações do objeto.

6.3.1.3 Havendo necessidade de esclarecimentos complementares ou indícios de inexequibilidade da proposta (incapacidade para o cumprimento das obrigações a serem assumidas), o licitante será convocado, via chat, para que se manifeste, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.1.3.1 Para efeito de comprovação da exequibilidade da proposta de preços poderão ser adotados, dentre outros, os seguintes procedimentos:

6.3.1.3.1.1 Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativa e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade.

6.3.1.3.1.2 Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas.

6.3.1.3.1.3 Verificação de outros Contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada.

6.3.1.3.1.4 Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

6.3.1.4 O Licitante vencedor do item 1 não poderá ser o vencedor do item 2 e vice-versa.

6.3.1.5 Caso o licitante ofereça lances distintos para os 2 (dois) itens do certame e, se convocado para apresentar Planilha de Formação de Preços, nos moldes constantes no Anexo II do Edital, para qualquer um deles, deverá equiparar o valor ao menor dos preços propostos.

6.3.2 Do Tratamento Diferenciado e Favorecido (Lei Complementar 123/2006 e Decreto 8.538/2015):

6.3.2.1 Se a proposta classificada em primeiro lugar não for ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e existir(em) outra(s) proposta(s) superior(es) em até 5% (cinco por cento) ofertada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, esta(s) poderá(ão) ofertar, pela ordem, no prazo de até 5 (cinco) minutos, proposta(s) inferior àquela.

6.3.2.1.1 Não exercido, o direito preclui, sendo convocada a(s) microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte seguinte, se houver.

6.3.2.1.2 Não prosperando o procedimento de desempate, será analisada a aceitabilidade da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

6.3.3 Do Direito de Preferência (Decreto 7.174/2010):

6.3.3.1 Será assegurada preferência ao licitante que apresentar, pela ordem, a(s) seguinte(s) característica(s):

6.3.3.1.1 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB).

6.3.3.1.2 Bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País.

6.3.3.1.3 Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB.

6.3.3.2 Para o exercício do direito de preferência, o licitante deverá declarar em campo próprio, **para o item**, que atende aos requisitos do Art. 5º do Decreto 7.174, de 12/5/2010, sob pena de decadência do direito de pleitear os benefícios previstos no referido Decreto.

6.3.3.2.1 De acordo com a declaração prestada, o licitante será convocado para oferecer lance igual ou inferior ao da melhor proposta válida, no prazo fixado pelo sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), sob pena de preclusão do seu direito.

6.3.3.3 O exercício do direito de preferência será concedido e operacionalizado por meio do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

6.3.3.3.1 Aplicação das regras previstas no item **6.3.3.1**, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para o exercício do direito de preferência.

6.3.3.3.2 Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no item **6.3.3.1.1**, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida para o item.

6.3.3.3.3 Caso a preferência não seja exercida na forma do item **6.3.3.3.2**, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item **6.3.3.1.2**, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item **6.3.3.1.3**, caso esse direito não seja exercido.

6.3.3.4 A comprovação do atendimento ao PPB ou aos bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelos Decretos 5.906/2006 ou 6.008/2006.

6.3.3.4.1 A comprovação será feita:

6.3.3.4.1.1 Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) (<http://www.mctic.gov.br/SISEPIN/leiDeInformatica/empresasHabilitadas>) ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) (<http://site.suframa.gov.br/>); ou

6.3.3.4.1.2 Por documento expedido para esta finalidade pelo MCTIC ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, **mediante solicitação do licitante**.

6.3.3.4.2 Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidos pelo próprio licitante ou pelo fabricante.

6.3.3.5 Na hipótese de **nenhum dos licitantes** preencher os **requisitos elencados no item 6.3.3.1**, prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

6.3.4 Condições Específicas de Aceitabilidade:

6.3.4.1 O licitante cuja proposta seja classificada em primeiro lugar, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível, **deverá enviar/entregar**, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações:

6.3.4.1.1 Planilha de Formação de Preços, nos moldes constantes no **Anexo II** deste Edital.

6.3.4.1.1.1 Na Planilha de Formação de Preços devem constar **os valores de instalação/configuração de equipamentos e suporte mensal que compõem o serviço objeto deste certame, assim como a sua totalização**.

6.3.4.1.1.2 Na hipótese de a proposta de preços detalhada ser apresentada com incorreções, o pregoeiro poderá conceder prazo ao licitante, nos moldes delineados no item **6.3.4.1**, para que proceda aos devidos ajustes.

6.3.4.1.1.3 Se o licitante vencedor deixar de apresentar a Proposta de Preços detalhada, nos termos estabelecidos neste Edital (**Anexo II**) ou não providenciar o saneamento das incorreções apontadas no prazo a que se refere o item **6.3.4.1.1.2**, poderá sofrer a penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 e será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação.

6.3.4.1.2 O envio ou a entrega e a análise do documento referido no item **6.3.4.1.1** precedem a aceitação da proposta classificada em primeiro lugar.

6.3.5 Exigências de Habilitação:

6.3.5.1 Os documentos relativos à habilitação, exigidos na cláusula quarta, deverão ser enviados ou entregues, em ordem de preferência, por intermédio do recurso "Enviar Anexo" do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), pelo e-mail licitacoes@tre-se.jus.br ou na Seção de Licitações (SELIC), observado o prazo estipulado pelo pregoeiro, que será de, no mínimo, 2 (duas) horas, podendo esse prazo ser prorrogado, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.5.2 Será admitida a comprovação de regularidade via Internet, por meio de consulta "on-line" a sítios oficiais, inclusive para suprir data vencida em algum documento, ficando dispensada, para os documentos em que for possível esta comprovação, a entrega exigida no item **6.3.5.1** e a apresentação dos originais.

6.3.5.2.1 Na impossibilidade de consulta ao SICAF e/ou aos sítios oficiais, observar-se-á o item **6.3.5.1**.

6.3.5.3 A regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte poderá ser sanada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, se houver justificativa plausível do licitante.

6.3.5.3.1 A não regularização referida no item **6.3.5.3** implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 (Art.4º, §5º do Decreto 8.538/2015).

6.3.6 Outras Disposições:

6.3.6.1 Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não ser aceito, ou se o licitante vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem classificatória, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3.6.1.1 Na situação prevista no item **6.3.6.1**, o Pregoeiro deverá proceder conforme os itens **6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5**.

6.3.6.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

6.3.6.3 Em caso de desconexão do Pregoeiro nas fases de lances, aceitação e habilitação, o sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br) poderá permanecer acessível aos licitantes, retornando o Pregoeiro quando possível, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.6.4 Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de **menor preço**, segundo o fator **preço global por item**, desde que atendidas as exigências de habilitação deste Edital, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado o certame conforme o item **8**.

6.3.6.5 Se não for apurada nenhuma proposta que atenda a este Edital, a Administração poderá fixar prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas e/ou documentação, escoimadas as causas que ensejarem a desclassificação.

7 DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

7.1 Todo o procedimento recursal será realizado exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), em formulários próprios.

7.2 A manifestação da intenção de interpor recurso será feita no final da sessão, no prazo designado pelo Pregoeiro.

7.2.1 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.3 Os recursos somente serão acolhidos após a verificação dos requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, quais sejam: sucumbência,

tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante (Acórdão 339/2010 TCU Plenário).

7.3.1 Os requisitos de admissibilidade da intenção de recorrer, especificados no item **7.3**, devem ser interpretados da seguinte forma:

7.3.1.1 Sucumbência – a decisão do Pregoeiro tem que causar prejuízo direto ao recorrente.

7.3.1.2 Tempestividade – só é passível de análise a intenção de recurso apresentada nos prazos exigidos por lei.

7.3.1.3 Legitimidade – só o licitante credenciado poderá interpor recurso.

7.3.1.4 Interesse – só é passível de análise a intenção de recurso que, acolhida, altere a situação jurídica do recorrente, isto é, modifique a ordem classificatória ou a habilitação do licitante ou de seus concorrentes no certame.

7.3.1.5 Motivação – o recorrente deverá indicar de forma precisa, clara e completa, embora não necessariamente detalhada, os equívocos ou a ilegalidade atribuídos ao Pregoeiro, que, se corrigidos, alterariam a classificação das propostas ou a habilitação dos licitantes.

7.4 Aceita a intenção de recurso, será concedido ao recorrente prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a correr após o término do prazo do recorrente.

7.5 Considerando o Pregoeiro, ao apreciar a admissibilidade da intenção de recurso, que a motivação é manifestamente inconsistente ou equivocada, proferirá decisão fundamentada pelo não conhecimento, adjudicando o objeto da licitação ao vencedor.

7.5.1 Motivação manifestamente inconsistente é aquela que, mesmo instruída e fundamentada, não afeta o entendimento do TRE-SE sobre a questão.

7.5.2 Motivação manifestamente equivocada é aquela que não guarda pertinência com o item em julgamento, é imprecisa, obscura ou incompleta.

7.6 Cabe ao Pregoeiro receber, examinar, instruir e decidir os recursos em até 5 (cinco) dias úteis.

7.6.1 Quando mantiver sua decisão, o Pregoeiro deverá encaminhar os autos instruídos à autoridade competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, tendo esta autoridade prazo idêntico para decisão.

7.6.2 O acolhimento do recurso pelo Pregoeiro ou pela autoridade competente importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.7 Fica assegurado aos licitantes:

7.7.1 O acesso ao inteiro teor das razões, contrarrazões e apreciação dos recursos por intermédio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.7.2 Vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses na sede do TRE-SE, situado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Variante 2, Lote 7, Bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário de expediente do Tribunal.

7.8 Dos atos praticados com respeito a este Pregão Eletrônico cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos casos de:

7.8.1 Anulação ou revogação deste Pregão Eletrônico, contado da publicação do ato no Diário Oficial da União.

7.8.2 Rescisão da Contratação e/ou aplicação das penas de advertência ou de multa, contado da intimação do ato pela autoridade competente do TRE-SE.

7.9 No caso específico da pena de impedimento de licitar, a ser aplicada pela Diretoria-Geral do TRE-SE, cabe recurso, dirigido ao Presidente do TRE-SE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da intimação do licitante.

7.10 Recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

7.10.1 A Diretoria-Geral do TRE-SE poderá, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva, nos casos previstos nos itens **7.8** e **7.9**.

7.10.2 O recurso será dirigido à autoridade competente do TRE-SE, por intermédio do Pregoeiro, o qual, em 5 (cinco) dias úteis, o encaminhará, devidamente informado, para apreciação e decisão, em idêntico prazo.

8 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante cuja proposta seja considerada vencedora **para o item**, respeitada a regra prevista no item **6.3.1.4**.

8.2 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente deste Tribunal adjudicará (exceto no caso do item **7.5**) o objeto e homologará o procedimento licitatório.

8.2.1 O adjudicatário, quando convocado, terá o prazo de até 2 (dois) dias úteis para receber ou retirar a Nota de Empenho, a contar da data em que receber a comunicação.

8.2.2 Se o licitante vencedor recusar-se a receber ou retirar a Nota de Empenho injustificadamente será aplicada a regra do item **8.3**.

8.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular no ato do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, será convocado outro licitante para fazê-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.4 É vedada ao adjudicatário a sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

8.4.1 É vedada a subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE-SE.

8.5 A autoridade competente do TRE-SE poderá revogar esta licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

8.6 A anulação do procedimento deste Pregão Eletrônico por motivo de ilegalidade induzirá à da contratação, não gerando obrigação do TRE-SE em indenizar a Contratada, ressalvado o disposto no item **8.8**.

8.7 A declaração de nulidade da contratação originada por este Pregão Eletrônico opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

8.8 A nulidade não exonera o TRE-SE do dever de indenizar a Contratada pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável o motivo da nulidade, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

8.9 No caso de desfazimento do processo licitatório ficam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

9.1.1 Anexo I - Termo de Referência.

9.1.2 Anexo II - Planilha de Formação de Preços.

9.1.3 Anexo III - Modelo de Atestado ou Declaração de Capacidade Técnica.

9.1.4 Anexo IV - Caderno de Métricas.

9.1.5 Anexo V - Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.

9.1.6 Anexo VI - Termo de Recebimento Provisório.

9.1.7 Anexo VII - Termo de Recebimento Definitivo.

9.2 As regras que tratam das condições de recebimento do objeto da licitação, Gestão/Fiscalização da Contratação, forma de pagamento e penalidades constam do **Anexo I** (Termo de Referência).

9.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os referidos prazos em dia de expediente no TRE-SE, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

9.4 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Edital, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

9.4.1 O limite estabelecido no item **9.4** poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os Contratantes.

9.4.2 Em se tratando de acréscimos, a Contratada deverá submeter à Gestão/Fiscalização da Contratação, previamente, orçamento detalhado e memória de cálculo, para a devida aprovação.

9.5 A suspensão dos trabalhos, necessariamente registrada, quer por desconexão superior a 10 (dez) minutos, quer por decisão do Pregoeiro, terá seu reinício subordinado à comunicação expressa aos licitantes.

9.6 É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade competente do TRE-SE, em qualquer fase desta licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

9.7 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da sua habilitação.

9.8 Informações sobre o presente Edital poderão ser obtidas pelo telefone (79) 3209-8694 ou pelo endereço eletrônico licitacoes@tre-se.jus.br.

9.9 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na presente relação contratual é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.10 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (www.comprasgovernamentais.gov.br), a Lei 10.520/2002, pelo Decreto 5.450/2005, pela Lei Complementar 123/2006, pelos Decretos 8.538/2015, 9.507/2018 e 7.174/2010, pela Resolução CNJ 182/2013, Resolução TSE 23.234/2010, pela Resolução 120/2015 TRE-SE e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993 e Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2017.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1. Solução de comunicação de dados para acesso à Internet, englobando os serviços de instalação, configuração de equipamentos e suporte mensal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1: Itens que compõem a solução

ITEM	CÓDIGO SIASG	SERVIÇO	DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR	QUANTIDADE TOTAL	UNIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA (R\$)
1	26484	Enlace de comunicação de dados para acesso à Internet.	Velocidade mínima de 100 Mbps full duplex. OBS. Deve haver discriminação do valor da instalação e do suporte mensal na planilha de formação de preços (Anexo II ao Edital)	01	Un.	38.391,12
2	26484	Enlace de comunicação de dados para acesso à Internet.	Velocidade mínima de 100 Mbps full duplex. OBS. Deve haver discriminação do valor da instalação e do suporte mensal na planilha de formação de preços (Anexo II ao Edital)	01	Un.	38.391,12
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO						76.782,24

2 DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 Contratação de empresas especializadas na prestação do serviço de comunicação de dados para interligação da rede corporativa do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE/SE) à rede mundial de computadores (Internet), a ser provido mediante disponibilização de enlaces redundantes, por operadoras de telecomunicação distintas, com o propósito de assegurar a disponibilidade do serviço e de permitir o balanceamento de tráfego.

2.2 O licitante vencedor do item 1 não poderá ser o vencedor do item 2 e vice-versa.

2.3 Caso o licitante ofereça lances distintos para os 2 (dois) itens do certame e, se convocado para apresentar Planilha de Formação de Preços, nos moldes constantes no **Anexo II** do Edital, para qualquer um deles, deverá equiparar o valor ao menor dos preços propostos.

3 REQUISITOS DA SOLUÇÃO

3.1 Necessidades de Negócio da Área Requisitante

3.1.1 Disponibilizar o acesso à Internet para os usuários do Tribunal.

3.1.2 Viabilizar o estabelecimento de túneis VPN entre a sede do TRE-SE e as Zonas Eleitorais e entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o TRE-SE.

3.1.3 Evitar a lentidão no acesso aos sistemas eleitorais e administrativos em uso no Tribunal, bem como prover a infraestrutura adequada para o funcionamento de novos sistemas, a exemplo dos sistemas PJE (sede e zonas), SEI, CFTV, VOIP, Sistema Nacional de Videoconferência do CNJ, Sistema de Gestão Documental.

3.1.4 Evitar a interrupção de acesso aos sistemas governamentais acessíveis pela Internet, tais como, SIAFI, COMPRASNET, BACENJUD, dentre outros.

3.1.5 Evitar formação de longas filas de atendimento ao eleitor, advogados e partidos políticos em virtude da lentidão no acesso aos sistemas, decorrente da baixa velocidade dos enlaces de comunicação de dados.

3.1.6 Evitar a interrupção das atividades do negócio decorrentes da falta de serviços de comunicação de dados entre as localidades de atendimento ao eleitor (sede do TRE/SE, Cartórios e Postos de Atendimento).

3.1.7 Oferecer serviços eleitorais com qualidade e presteza.

3.2 Requisitos de Segurança da Informação

3.2.1 A Contratada deve manter sigilo em relação aos dados, informações e documentos de que tomar conhecimento em decorrência da prestação dos serviços

objeto desta contratação, bem como se submeter às orientações e normas internas de segurança da informação vigentes, devendo orientar seus empregados e/ou prepostos nesse sentido, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

3.2.2 A Contratada deve atender aos padrões de segurança e controle para acesso e uso das instalações do Contratante, zelando por sua integridade, preservando o sigilo e a confidencialidade de todos os dados e informações pertinentes aos serviços prestados, de acordo com a legislação vigente que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles.

3.2.3 A Contratada não deve acessar ou manipular qualquer informação, confiada em decorrência da Contratação, sem prévia autorização do Contratante.

3.2.4 A Contratada deve notificar imediatamente o Contratante, por escrito, qualquer má utilização, revelação, acesso ou manipulação não autorizada, esbulho ou apropriação indevida das informações que lhe foram confiadas, ou qualquer violação que chegue ao seu conhecimento.

3.2.5 A Contratada deve fornecer ao Contratante a relação das pessoas que, em seu nome, terão acesso a material, dados e informações referentes à prestação do serviço, devendo manter sempre atualizado o referido documento.

3.2.6 Para formalização da confidencialidade exigida, a Contratada deverá assinar o "Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo", constante do Anexo VI ao Edital, comprometendo-se a respeitar todas as obrigações relacionadas a confidencialidade e segurança das informações pertencentes ao Contratante, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem a divulgação, perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenadas, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processadas.

3.2.7 O "Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo", assinado por representante da Contratada, deve ser entregue ao Contratante no momento da apresentação do "Plano de Implantação dos Serviços", ocasião em que a Contratada deve informar que deu ciência de seu conteúdo aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços.

3.3 Requisitos de sustentabilidade ambiental

3.3.1 Não se aplica ao presente objeto, pois se trata da contratação de enlaces de comunicação de dados para acesso à Internet.

3.4 Requisitos de Operação

3.4.1 A infraestrutura deve ser independente e isolada das redes corporativas do Tribunal, denominadas Backbone Primário (interliga o TRE/TSE ao TSE) e Backbone Secundário (interliga a sede do TRE-SE às Zonas Eleitorais).

3.5 Níveis Mínimos de Serviço (NMS)

3.5.1 A prestação dos serviços será baseada no modelo de remuneração em função dos resultados apresentados, em que os pagamentos serão feitos após mensuração e verificação de métricas quantitativas e qualitativas, contendo indicadores de desempenho e metas, de modo a resguardar a eficiência e a qualidade na prestação dos serviços.

3.5.2 Os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estão relacionados no Caderno de Métricas (Anexo IV do Edital).

3.6 Requisitos Técnicos da Solução

3.6.1 Os enlaces fornecidos devem ser totalmente isolados dos backbones primário e secundário, devendo o isolamento ser implementado fim a fim.

3.6.2 Não será permitido o uso de tecnologia de comunicação satelital.

3.6.3 O Ponto de Presença (POP) da localidade de instalação dos enlaces e o backbone da operadora deverão ser interligados por meio de fibra óptica ou rádio digital licenciado, não sendo permitida a utilização de rádio digital não licenciado nos POPs intermediários.

3.6.4 Devem ser fornecidos, em regime de comodato, todos os insumos (ex: equipamentos, cabos e conectores) necessários para ativação e operação dos enlaces, de acordo com as velocidades mínimas exigidas na Tabela 1.

3.6.5 A Contratada deve executar todos os serviços de instalação, integração, testes de funcionamento e operação dos enlaces.

3.6.6 As conexões dos enlaces de comunicação devem se manter ativas 24 horas por dia, sete dias por semana (24x7), ou seja, não deve haver procedimento de desconexão.

3.6.7 A Contratada deve garantir roteamento utilizando protocolo TCP/IP e permitir que o Contratante implemente segurança adicional com tuneis VPN (IPSec e SSL).

3.6.8 Os equipamentos de comunicação dos enlaces (ex. roteadores) devem ser dimensionados para que tenham capacidade de encaminhamento de pacotes IP, em pacotes por segundo, compatíveis com as velocidades dos enlaces conectados, limitado o uso de memória e CPU a 70% do total disponível.

3.6.8.1 A Contratada deverá substituir, sem ônus para o Contratante, os equipamentos de comunicação que apresentarem, por 5 (cinco) dias consecutivos, consumo de recursos (CPU e memória) superior aos limites estabelecidos.

3.6.9 A Contratada deverá fornecer ao Contratante as credenciais para acesso aos equipamentos de comunicação, via console e SSH, com permissão "somente leitura", para execução de comandos de diagnóstico (ping, route, trace, etc.) e leitura de estatísticas SNMP (comunidade de leitura ou usuário/senha), além de configurar os equipamentos para gerar logs (Syslog – RFC 3164) e/ou traps SNMP para um ou mais endereços IP indicados pelo Contratante.

3.6.10 Deverão ser fornecidos para cada enlace, no mínimo, 30 endereços IP contíguos e válidos na Internet, com roteamento estático.

3.6.11 A interligação do POP da operadora, em Aracaju, com a sede do Tribunal deve ser feita via fibra óptica com abordagem simples, não sendo exigida redundância.

3.6.12 Os equipamentos de comunicação de dados deverão ocupar, no máximo, quatro unidades de rack por operadora.

3.6.13 Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir fonte de 110V.

3.6.14 Os equipamentos devem ser instalados no Data Center do Tribunal, utilizando os dutos e encaminhamentos existentes para instalação de cabos.

3.6.15 Não será admitida, em nenhuma hipótese, a utilização de equipamentos destinados ao mercado SOHO (Small Office Home Office) para prestação dos serviços contratados.

3.6.16 Os roteadores da Contratada deverão ser configurados para permitir o acesso remoto pela Contratada somente por meio de SSH V2 ou superior, ou seja, é vedado o acesso aos equipamentos utilizando Telnet ou qualquer outro meio inseguro.

3.6.17 A Contratada deverá atualizar tecnologicamente os recursos de hardware e software (atualizações de sistemas operacional, segurança, firmware, etc.), sempre que a EGC detectar vulnerabilidades, sem que isso acarrete qualquer ônus adicional à Administração.

3.6.18 A Contratada deverá disponibilizar 2 (duas) interfaces padrão GigabitEthernet (10/100/1000Base-T), configuradas para tolerância a falhas (*failover*), para uso na rede interna do Contratante.

3.6.19 A velocidade de todos os links deverá ser simétrica e estar disponível de forma simultânea, ou seja, mesma velocidade de entrada e de saída (links full-duplex).

3.7 Requisitos de Implantação

3.7.1 Os serviços de instalação e configuração dos enlaces de comunicação deverão ser realizados no prazo máximo de 45 dias, contados do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

3.7.2 A Contratada deverá apresentar em, no máximo, 15 (quinze dias), contados do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, um "Plano de Implantação dos Serviços" que contemple o planejamento de instalação dos enlaces.

3.7.3 Cada operadora contratada deverá, quando do lançamento de cabos de fibra óptica, utilizar rotas independentes (não poderá utilizar o mesmo poste) entre seus POPs de acesso à Internet e o poste de entrada da edificação do Contratante.

3.8 Requisitos de Suporte Técnico

3.8.1 Os serviços de manutenção dos enlaces serão de inteira responsabilidade da Contratada, contados da instalação dos circuitos, sem que isso acarrete qualquer ônus adicional para o Contratante.

3.8.2 É de responsabilidade da Contratada efetuar manutenção corretiva (no local da instalação, sempre que necessária à perfeita operação da solução) assim que for detectado algum mau funcionamento dos enlaces ou dos equipamentos que compõem a solução.

3.8.3 Caso seja necessária a remoção de algum equipamento das dependências do Tribunal, a Contratada deverá, antes de tudo, substituir o equipamento defeituoso por outra máquina de configuração idêntica ou de qualidade superior, evitando a descontinuidade na prestação dos serviços.

3.8.4 A contratada deverá disponibilizar, sem ônus para o Tribunal, no dia em que iniciar a prestação do serviço de manutenção dos enlaces, sistema WEB (HTTPS) que possibilite o acompanhamento de chamados técnicos e a emissão de relatórios mensais de disponibilidade e qualidade dos serviços, em conformidade com as exigências constantes do Anexo V do Edital (Caderno de Métricas). Em outras palavras, o referido sistema deverá emitir relatório contendo os indicadores Índice de Retardo da Rede (IRR), Índice de Perda de Pacotes (IPP), Índice de Disponibilidade Mensal (IDM) e Índice de Tempo de Solução de Chamado (ITSC), de acordo com os parâmetros constantes no "Caderno de Métricas e Níveis de Serviços".

3.8.5 A Contratada deverá disponibilizar, mensalmente, relatório analítico contendo as seguintes informações:

3.8.5.1 Relação de todas reclamações havidas no período (com hora de início e fim da inoperância) juntamente com minutos excedentes ao prazo máximo para reparo;

3.8.5.2 Tempo total das falhas;

3.8.5.3 Causas dos defeitos e as soluções adotadas para sua recuperação;

3.8.5.4 Cálculo da disponibilidade no período.

3.8.6 As interrupções nos serviços deverão ser comunicadas imediatamente ao Contratante.

3.8.7 Os serviços de suporte poderão ser solicitados a partir do sistema WEB disponibilizado pela Contratada (prioritariamente), por e-mail ou chamada telefônica (local ou DDG), devendo a Central de Atendimento da Contratada estar disponível durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana (24x7), para atendimento das solicitações do Contratante.

3.8.8 Todos os chamados abertos pelo Contratante, independentemente do meio utilizado, deverão ser registrados pela Contratada no sistema WEB (HTTPS), em até 24 horas, para fins de acompanhamento pelo Contratante.

3.8.9 Independentemente da forma adotada para o atendimento, deverá ser fornecido número de controle de chamado aberto, que será utilizado para acompanhamento do andamento dos serviços.

3.8.10 A abertura de chamados técnicos, bem como a autorização para o seu encerramento no sistema, só poderão ser realizadas por técnicos autorizados pelo Contratante, cabendo à Contratada manter o cadastro atualizado desses técnicos.

3.8.11 Chamados fechados sem que o problema tenha sido resolvido de fato, deverão ser reabertos. Nesses casos, os prazos serão contados a partir da abertura original do chamado, inclusive para efeito de aplicação das sanções previstas.

3.8.12 Os chamados deverão ser solucionados em até 6 horas, contados da sua abertura.

3.8.13 As interrupções programadas, para fins de manutenção dos enlaces, deverão ser comunicadas ao Contratante com, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis de antecedência do evento, sendo que o horário permitido para realização das manutenções é das 19h01 às 6h, bem como nos finais de semana (exceto no dia de pleito eleitoral e nos dois dias que o antecedem), ou seja, fora do horário de expediente normal do Tribunal.

3.9 Requisitos de Qualificação Técnica

3.9.1 O licitante deverá apresentar 1 (um) ou mais atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnico-operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação dos serviços de suporte e atendimento técnico a usuários de tecnologia da informação e comunicação (Service Desk).

3.9.2 Considera-se apto à comprovação exigida o(s) atestado(s) ou declaração(ões) que ateste(m) o fornecimento/execução compatível com as características e quantidades estabelecidas no quadro abaixo:

Tabela2: Requisitos de qualificação

Características	Quantidade
Fornecimento de enlace de comunicação de dados com tecnologia igual ou similar às admitidas neste documento.	No mínimo, a prestação de serviço de 1 (um) enlace.

3.9.3 Também deve ser apresentado o ato de outorga, emitido pela ANATEL, para operar enlaces de comunicação de dados multimídia dentro da Região I do Plano Geral de Outorgas da ANATEL, ou ato de outorga, emitido pela ANATEL, para operar enlaces de comunicação de dados multimídia em nível nacional.

4 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1 A crescente demanda por serviços de tecnologia da informação, sobretudo após a adoção dos sistemas Processo Judicial Eletrônico (PJE), Sistema Eletrônico de Informações (SEI), dentre outros, resultou no aumento da complexidade do ambiente tecnológico do TRE-SE e, consequentemente, no aumento significativo das exigências relacionadas aos circuitos de comunicação que interligam a sede do Tribunal às Zonas Eleitorais do Estado de Sergipe e ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para atendimento das necessidades dos usuários internos e dos cidadãos.

4.2 Os circuitos atualmente contratados (backbones primário e secundário), além de críticos, necessitam de conexões que garantam alta disponibilidade, pois devem estar em funcionamento permanentemente, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, uma vez que falhas em sua operação impactam diretamente no cumprimento da missão institucional do Tribunal.

4.3 O objeto da presente contratação, além de viabilizar o acesso à rede mundial de computadores (Internet), possibilita a implementação de redes privadas virtuais (VPNs) entre essas redes geograficamente dispersas, assegurando a transmissão de dados, voz e imagem, em caso de falha dos enlaces principais.

4.4 A atual contratação de prestação de serviços de acesso à Internet (Contrato nº 13/2014) se encerrará em 16 de novembro de 2019.

4.5 A contratação de enlaces de comunicação redundantes, com velocidades mínimas de 100 Mbps, proporcionará um serviço de acesso à Internet de melhor qualidade, além de ampliar a resiliência do sistema como um todo, visto que constituirá uma segunda rota (contingência) de acesso aos serviços corporativos.

5. BENEFÍCIOS RESULTANTES DA CONTRATAÇÃO

5.1 Aumento da produtividade em função do dimensionamento adequado dos enlaces de comunicação que permitirão melhor fluidez dos dados entre as localidades do TRE/SE, do TSE e no acesso aos sites remotos na Internet.

5.2 Maior resiliência no acesso à Internet, visto que a contratação de dois enlaces com abordagens simples por operadoras diferentes permitirá que o Tribunal sempre utilize os dois enlaces garantindo balanceamento de carga e uma maior velocidade, além de, em caso de falha de um enlace, tenha outro garantindo a disponibilidade dos serviços.

5.3 Oferecer serviços eleitorais com qualidade e presteza.

6 ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

6.1 A presente contratação contribui para o alcance do macrodesafio institucional "Melhoria da Infraestrutura e Governança de TIC".

7 DOS ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

7.1 A presente contratação fundamenta-se no trabalho realizado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), reproduzido no documento Estudos Técnicos Preliminares da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação que consolida os documentos de Análise de Viabilidade da Contratação, Sustentação da Contratação, Estratégia da Contratação e Análise de Riscos, conforme determina a Resolução CNJ nº 182/2013.

8 RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADA

8.1 Serão necessários 02 (dois) enlaces de comunicação de dados para garantir a resiliência da solução (em caso de indisponibilidade de um dos enlaces, o outro assume automaticamente) e permitir o balanceamento de carga entre os canais.

8.2 Será necessária uma taxa de transmissão de 200Mbps (duzentos megabits por segundo), considerando dois enlaces de 100Mbps cada um, a ser distribuída da seguinte maneira:

8.2.1 30 Mbps para acesso à Internet;

8.2.2 40 Mbps para uso exclusivo dos sistemas corporativos (PJE, PJE Zonas, SEI, CFTV, Sustentação Oral em Sessão Plenária, Sistema da Gestão documental, VOIP, etc.);

8.2.3 30 Mbps para o tráfego das VPNs (TRE/SE e TSE - rede de contingência e balanceamento de carga).

8.3 O dimensionamento dos enlaces considerou o aumento de tráfego decorrente do lançamento de novos serviços, bem como os aumentos de tráfego transitórios (em períodos de eleição, por exemplo).

9. ANÁLISE DO MERCADO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Não se aplica ao presente procedimento, haja vista que a única alternativa disponível é a contratação de empresas comerciais, autorizadas a operar no estado de Sergipe mediante outorga concedida pela Agência Nacional de Telecomunicação (ANATEL).

10. FORMA E CRITÉRIO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E TIPO DE LICITAÇÃO

10.1 O fornecedor será escolhido por meio de licitação, na modalidade Pregão, forma eletrônica e tipo "menor preço", com base no estudo da solução e do mercado de tecnologia da informação, tendo-se em conta que o objeto é considerado comum, nos termos do disposto no Acórdão 2.471/2008-Plenário, do Tribunal de Contas da União.

11 PARCELAMENTO DO OBJETO

11.1 O parcelamento da solução é tecnicamente viável, pois se exigem circuitos independentes, fornecidos por operadoras de telecomunicação diferentes. Dessa forma, a adjudicação será realizada por item, em conformidade com o disposto no art. 3º, caput e § 1º, da Lei 8.666/93, c.c. art. 5º, caput e parágrafo único, do Decreto nº 5.450/05.

12. IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

12.1 Não se aplica ao presente certame, que tem por objeto a prestação de serviços de comunicação de dados.

13 DA PROPOSTA DE PREÇOS

13.1 A licitante deverá apresentar proposta de preços de acordo com a "Planilha de Formação de Preços", Anexo II do Edital.

13.2 A proposta de preços deverá contemplar todos os custos envolvidos, abrangendo a implantação dos enlaces, materiais, equipamentos, serviços de suporte, impostos e taxas aplicáveis.

14 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

14.1 O licitante provisoriamente classificado em 1º (primeiro) lugar, no prazo estipulado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, deverá apresentar a "Planilha de Formação de Preços", em formato .ods ou .pdf.

14.2 O pregoeiro poderá conceder prorrogação do prazo de apresentação da planilha referida no item **14.1**, mediante justificativa plausível do licitante.

14.3 Em caso de não apresentação da planilha, a proposta do licitante será desclassificada.

15 DO FORNECIMENTO/EXECUÇÃO

15.1 A execução da presente contratação deverá iniciar a partir do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, devendo-se concluir os serviços de instalação em até 45 (quarenta e cinco) dias.

15.2 Os enlaces deverão ser instalados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), localizado no Centro Administrativo Governador Augusto Franco (CENAF), Lote 7, Variante 2, CEP 49081-00, Aracaju, Sergipe, telefone (79) 3209-8680.

16 DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

16.1 Obrigações da Contratada

16.1.1 Indicar, no momento do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho, representante para a execução do objeto da presente contratação.

16.1.1.1 Indicar outro representante, no mesmo prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, no caso de o Contratante utilizar-se do direito de determinar, a qualquer tempo, a sua substituição.

16.1.2 Indicar, no "Plano de Implantação dos Serviços", endereço de site na Internet (sistema WEB), telefone ou e-mail para abertura de chamados técnicos, de acordo com o item 3.8.7 deste Termo de Referência.

16.1.3 Responsabilizar-se por todas as despesas inerentes à contratação, bem como pelos danos causados ao TRE/SE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução da contratação.

16.1.4 Fornecer/executar o objeto da contratação, de acordo com este instrumento e com as normas e especificações técnicas.

16.1.5 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto da contratação.

16.1.6 Acatar as decisões, observações e sugestões feitas pela Gestão/Fiscalização da Contratação, que serão formuladas por escrito e enviadas, preferencialmente por meio de comunicação eletrônica (e-mail).

16.1.7 Facilitar o pleno exercício das funções da Gestão/Fiscalização da Contratação, atendendo às suas solicitações e fornecendo, a qualquer momento, todas as informações de interesse do Contratante, por ele julgadas necessárias, pertinentes ao objeto da contratação, sob pena de aplicação das sanções contratuais.

16.1.8 Reparar, dentro do prazo estabelecido no "Caderno de Métricas e Níveis de Serviço" (Anexo IV do Edital), a partir da abertura do chamado, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

16.1.9 Manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

16.1.10 Após a desativação dos enlaces de comunicação, todos os equipamentos de propriedade da Contratada deverão ser retirados das instalações do Contratante em até 90 (noventa) dias.

16.1.10.1 Na hipótese de os equipamentos não serem retirados dentro do prazo estipulado, serão incorporados ao patrimônio do Contratante, sem que isso implique em ônus adicional, para fins de processo de desfazimento de bens.

16.1.11 A Contratada deverá entregar ao TRE/SE toda e qualquer informação sigilosa que tiver sido gerada em consequência da prestação do serviço, destruindo de maneira irrecuperável todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (backup).

16.1.12 Observar as normas do Código de Ética e Conduta Profissional do TRE/SE, instituído pela Resolução 120/2015 TRE/SE, disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/servidores-e-normas-internas/codigo-de-etica-e-conduta-profissional/codigo-de-etica-e-conduta-profissional>.

16.2 Obrigações do Contratante

16.2.1 Proporcionar à Contratada as condições indispensáveis à execução do objeto deste Instrumento.

16.2.2 Notificar a Contratada, por intermédio de correio eletrônico, telefone ou sistema WEB (HTTPS), qualquer interrupção na prestação dos serviços;

16.2.3 Efetuar, com pontualidade, os pagamentos à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Instrumento.

16.2.4 Assegurar aos profissionais incumbidos do fornecimento/execução do objeto da contratação, acesso às suas dependências, desde que eles se apresentem devidamente identificados e respeitem as normas internas do Contratante.

17 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO, GERENCIAMENTO DA CONTRATAÇÃO, PAGAMENTO E REAJUSTE

17.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação será realizada pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), mediante verificação da conformidade da execução com as condições estabelecidas neste Instrumento e na proposta da Contratada e a aceitação por meio de atestação exarada na nota fiscal ou fatura, procedendo-se a observações, se necessário.

17.1.1 Os esclarecimentos solicitados pela EGC deverão ser prestados imediatamente, podendo ser fixado prazo de acordo com a complexidade do caso.

17.2 O objeto será recebido, mediante termo próprio, da seguinte forma:

17.2.1 Provisoriamente, para efeito de verificação de sua conformidade com as especificações exigidas.

17.2.1.1 A Gestão/Fiscalização da Contratação terá 2 (dois) dias úteis, a contar da instalação e configuração dos enlaces, para informar se o serviço prestado está em conformidade com as especificações exigidas. Ato contínuo, emitirá "Termo de Recebimento Provisório".

17.2.2 Definitivamente, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do "Termo de Recebimento Provisório" ou do saneamento das ocorrências nele apontadas, após avaliação da qualidade do objeto pela Gestão/Fiscalização da Contratação.

17.3 A Gestão/Fiscalização, exercida no interesse do TRE/SE, bem como os recebimentos provisório e definitivo, não excluirão ou reduzirão a responsabilidade da Contratada pela adequada execução do objeto pactuado ou pelos danos e prejuízos causados (por culpa ou dolo) ao TRE/SE ou a terceiros.

17.4 A EGC rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratado que não obedecer ao disposto neste Instrumento e na respectiva proposta.

17.5 Quando as decisões e providências ultrapassarem a competência da EGC, esta deverá solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas cabíveis.

17.6 Pelo perfeito e fiel fornecimento/execução do objeto deste Instrumento, o TRE/SE efetuará o pagamento do preço proposto, em até 20 (vinte) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, acompanhada de todos os documentos e reunidas todas as condições necessários à atestação, através de qualquer tipo de Ordem Bancária.

17.6.1 Na hipótese de o valor a ser pago enquadrar-se no §3º do art. 5º, da Lei 8.666/93, o prazo para pagamento será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da atestação, que ocorrerá após confirmação da regularidade dos documentos que acompanham a Nota Fiscal/Fatura.

17.6.2 A atestação será efetuada pela EGC em até 02 (dois) dias, contados da perfeita e efetiva execução do objeto contratado.

17.6.3 O prazo para atestação não correrá enquanto a conformidade depender de providências por parte da Contratada, comprovadamente solicitadas pela EGC.

17.6.4 O pagamento dos serviços de instalação e configuração de equipamentos será realizado, em única oportunidade, após a atestação dos serviços pelo Contratante, respeitado o prazo máximo de instalação, que é de 45 dias, contados do recebimento ou da retirada da Nota de Empenho.

17.6.5 O pagamento dos serviços de suporte será realizado após atestação dos serviços pelo Contratante, a partir da entrada em operação dos enlaces de comunicação, que deve ocorrer, necessariamente, logo após a conclusão dos serviços de instalação e configuração. Na hipótese de a contratada iniciar a operação do enlace no curso do mês, o valor correspondente será pago proporcionalmente (pro rata) a esses dias do primeiro mês.

17.6.5.1 O pagamento mensal dos serviços de suporte estará sujeito a glosas, de acordo com os níveis de serviço estabelecidos no "Caderno de Métricas e Níveis de Serviço".

17.6.5.2 A aplicação reiterada de glosas associadas a um mesmo indicador do "Caderno de Métricas e Níveis de Serviço", para um mesmo enlace de comunicação, por três meses consecutivos ou cinco meses intervalados, ao longo de um ano, sujeitará a Contratada às sanções previstas no item 18.1.2.1.2 ou, até mesmo, à rescisão contratual.

17.7 Para cada pagamento a EGC confirmará a regularidade da Contratada relativa à Seguridade Social - INSS, através da CND - Certidão Negativa de Débitos, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, através do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, aos Débitos Fiscais e Trabalhistas, através da CNDT - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

17.7.1 A consulta à CND, ao CRF e à CNDT poderá ser realizada, respectivamente, nos seguintes endereços na internet: <http://www.receita.fazenda.gov.br>

</Aplicacoes/ATSP0/Certidao/CNDConjuntaSegVia/NICertidaoSegVia.asp?Tipo=1> , <https://webp.caixa.gov.br/cidadao/Crf/FgeCfSCriteriosPesquisa.asp> e <http://www.tst.jus.br/certidao>.

17.7.2 A consulta à CND deverá ser realizada sempre no CNPJ da matriz, enquanto a CRF e a CNDT serão sempre no CNPJ efetivamente contratado (matriz ou filial, conforme o caso).

17.7.3 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo indicado na Nota de Empenho.

17.7.4 Eventual mudança do CNPJ da contratada (matriz/filial), encarregada da execução da contratação, constante dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, no prazo máximo de 8 (oito) dias úteis da data prevista para o pagamento da nota fiscal.

17.7.5 De acordo com os Decretos nº 3.393/2011 e 3.646/2011 da Prefeitura Municipal de Aracaju, que regulamenta e disciplina a nota fiscal eletrônica e instituiu a substituição tributária, respectivamente, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, na condição de tomador de serviço, exigirá da contratada sediada fora do Município de Aracaju, caso o seu ramo de atividade seja a prestação de serviço, a apresentação do Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço – RANFS, conforme modelo IV do Decreto nº 3.393/2011.

17.7.6 A Contratada deverá previamente à emissão da nota fiscal, efetuar cadastramento na Prefeitura de Aracaju, por meio do site <https://aracajuse.webiss.com.br/>.

17.7.7 O pagamento dos serviços prestados está condicionado ao aceite do RANFS no site da prefeitura do município de Aracaju/SE, pela Gestora da Contratação.

17.8 Na hipótese de não ocorrer o pagamento no prazo previsto, conforme o caso, no item **17.6** ou **17.6.1**, por causa atribuída exclusivamente à Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = Índice de atualização financeira:

$I = 6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365 dias).

$I = 0,0001644$.

17.8.1 Salvo a atualização financeira prevista no item **17.8**, não será devida qualquer compensação ou penalidade por atraso de pagamento.

17.9 Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de inadimplência ou penalidade da Contratada, nenhum pagamento lhe será devido, sem que isso gere direito a reajustamento ou atualização de preços.

17.10 Qualquer incorreção nas faturas ou notas fiscais comunicada à Contratada suspenderá os pagamentos até que sejam sanadas as irregularidades, sem que isto acarrete ao TRE encargos financeiros adicionais.

17.11 A alteração de preço a título de reajuste, mediante acordo entre as partes, somente poderá ocorrer passados doze meses de vigência da contratação, e terá como limite a variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado, observada a compatibilidade do preço final com o praticado no mercado.

18 DAS PENALIDADES

18.1 Pela inexecução total ou parcial da contratação o TRE/SE poderá, garantidos o contraditório e a ampla defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

18.1.1 Advertência por inexecução parcial da contratação que não trouxe prejuízo ao fornecimento/execução do objeto, como atrasos injustificados no acatamento das decisões, observações e sugestões feitas pela Equipe de Gestão da Contratação (EGC), ou inobservância de obrigação que não justifique imposição de penalidade mais grave.

18.1.1.1 A advertência será aplicada pela EGC, mediante aviso escrito à Contratada, decorridos 5 (cinco) dias úteis para sua manifestação, caso esta não apresente justificativa ou a apresentada seja insuficiente.

18.1.2 multa sobre o valor total do objeto contratado:

18.1.2.1 De até 5% (cinco por cento) quando:

18.1.2.1.1 Não facilitar, atender ou informar o solicitado pela EGC;

18.1.2.1.2 Sofrer, reiteradamente, o efeito de glosas associadas a um mesmo indicador do "Caderno de Métricas e Níveis de Serviço", conforme estabelecido no item **17.6.5.2**.

18.1.2.2 De até 10% (dez por cento) quando:

18.1.2.2.1 Não reparar, a juízo da EGC, dentro do prazo estabelecido no "Caderno de Métricas e Níveis de Serviço" (Anexo IV do Edital), a partir da abertura do chamado, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem defeitos de fabricação, execução ou de materiais empregados, ainda que só detectados quando da sua utilização.

18.1.2.3 De até 15% (quinze por cento) quando cumprir irregularmente as obrigações, especificações ou prazos.

18.1.2.4 De até 20% (vinte por cento) quando não cumprir as obrigações, especificações ou prazos.

18.2 O atraso injustificado no fornecimento/execução de objeto deste instrumento, sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento), sobre o valor total do objeto contratado, por cada dia de atraso na entrega do objeto, limitado ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

18.3 As multas previstas neste Instrumento, bem como o valor necessário à reparação dos danos, serão descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-SE ou cobradas judicialmente.

18.4 As multas a que alude este instrumento não impedem que a Administração rescinda unilateralmente a contratação e aplique outras sanções previstas em lei.

18.5 Para que seja aplicada a sanção prevista no item **18.1.2**, deve ser facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado de sua notificação.

18.6 As multas serão aplicadas pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

18.7 O **licitante** ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais, nos prazos e em

face da prática ou omissão dos atos seguintes:

18.7.1 Por até 1 (um) ano, no caso de ensejar o retardamento do fornecimento do objeto ou de falhar na execução da contratação.

18.7.2 Por até 2 (dois) anos, no caso de não manter a proposta, **deixar de entregar documentação exigida para o certame**, ou, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não receber ou não retirar a Nota de Empenho, ou, na hipótese de retardamento da execução do objeto ou de falha na execução da contratação, causar prejuízo ao TRE-SE.

18.7.3 Por até 5 (cinco) anos, quando **apresentar documentação (exigida para o certame) falsa**, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal ou na execução da contratação.

18.8 A sanção do item 18.7 poderá ser aplicada conjuntamente com a sanção dos itens 18.1.2, 18.2 e 18.3

18.9 A sanção prevista no item 18.7 é de competência da Diretoria-Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, facultada defesa ao interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de sua notificação.

18.10 A culpabilidade da Contratada será aferida objetivamente, sendo o prejuízo concretamente demonstrado pela EGC, que documentará todos os contatos e fixará os prazos de atendimento.

18.10.1 As circunstâncias que envolverem a conduta da Contratada, ensejadoras da graduação da penalidade sugerida, deverão ser apreciadas pela Gestão/Fiscalização da Contratação pormenorizadamente, com opinativo em função do grau de prejudicialidade da atuação da Contratada.

18.11 À Contratada que se enquadrar em conduta penalizável aplicar-se-ão os seguintes critérios:

18.11.1 Será penalizada com o grau mínimo da escala sempre que caracterizada boa-fé e prejuízo irrelevante ao TRE/SE.

18.11.1.1 Considera-se boa-fé evidência concreta de atendimento às solicitações do TRE/SE.

18.11.1.2 Considera-se irrelevante o prejuízo que não enseje desatendimento parcial ao objeto da contratação.

18.11.2 Será penalizada com o grau máximo da escala quando presentes má-fé ou desatendimento total ao objeto da contratação.

18.11.3 Para as penalizações que não se enquadrem nos itens 18.11.1 e 18.11.2, o escalonamento observará as circunstâncias concretas, notadamente a boa-fé da contratada e a caracterização de prejuízo ao TRE-SE.

19 DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

19.1 A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste Instrumento, até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor.

19.1.1 O limite estabelecido no item 19.1 poderá ser excedido, para supressão, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

20 DA RESCISÃO DA CONTRATAÇÃO

20.1 A inexecução total ou parcial da contratação ensejará sua rescisão, com as consequências previstas neste Instrumento, em lei ou em regulamento.

20.2 Constituem motivos para rescisão da contratação:

20.2.1 O não cumprimento de obrigações, especificações ou prazos.

20.2.2 O cumprimento irregular de obrigações, especificações ou prazos.

20.2.3 A lentidão no cumprimento da contratação, levando o TRE/SE a comprovar a impossibilidade de execução do objeto no prazo estipulado.

20.2.4 O atraso injustificado no início da execução.

20.2.5 A paralisação da execução, sem justa causa e prévia comunicação ao Contratante.

20.2.6 A sub-rogação (subcontratação, cessão ou transferência total) da contratação.

20.2.7 A subcontratação parcial do objeto da contratação, a associação com outrem, cessão ou transferência parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação de modo a prejudicar a execução, a juízo do TRE/SE.

20.2.8 O descumprimento das determinações regulares da EGC, bem como das dos seus superiores hierárquicos.

20.2.9 O cometimento reiterado de faltas na execução.

20.2.10 A decretação de falência.

20.2.11 A dissolução da sociedade.

20.2.12 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada que, a juízo do TRE/SE, prejudique a execução da contratação.

20.2.13 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Autoridade competente do TRE/SE.

20.2.14 A supressão, por parte da Administração, de materiais e serviços, além do limite estabelecido no item **19.1** deste Instrumento, acarretando modificação do valor inicial da contratação, na hipótese de não celebração do acordo previsto no item **19.1.1**.

20.2.15 A suspensão de sua execução, por ordem escrita do Contratante, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação.

20.2.16 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo TRE/SE, decorrentes de objeto já executado e devidamente conferido, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

20.2.17 A não liberação da área, local ou objeto para execução da contratação, por parte do TRE/SE, nos prazos contratuais.

20.2.18 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução desta contratação.

20.2.19 O descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

20.3 A rescisão da Contratação poderá ser:

20.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos itens **20.2.1** a **20.2.13** e **20.2.18** deste Instrumento.

20.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para o TRE/SE.

20.3.3 Judicial, nos termos da legislação.

20.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de relatório da EGC, e de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente do

TRE/SE.

20.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos itens **20.2.13** a **20.2.18**, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução desta contratação até a data da rescisão.

20.6 A rescisão motivada por qualquer das condições definidas nos itens **20.2.1** a **20.2.13** e **20.2.18** acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidos ao TRE/SE e a retenção dos créditos decorrentes desta contratação, até o limite dos danos causados ao CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções previstas neste Instrumento.

21 DA SUSPENSÃO DA CONTRATAÇÃO

21.1 A contratação poderá ser suspensa temporariamente, ficando sua fiel execução vinculada à disponibilidade orçamentária por parte do Órgão Contratante, caso em que será comunicado à Contratada.

22 DO FORO

22.1 O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na relação contratual a ser firmada com base no objeto deste Pregão é o da Justiça Federal, Seção Judiciária de Sergipe, excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23 DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

23.1 Aplicam-se à execução desta contratação e aos casos omissos os recursos operacionais do sistema eletrônico (<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>), através do site www.comprasgovernamentais.gov.br, a Lei 10.520, de 17/7/2002, a Lei Complementar 123, de 14/12/2006, os Decretos 5.450, de 31/5/2005, 8.538, de 6/10/2015 e 7.174, de 12/5/2010 a Resolução CNJ 182, de 17/10/2013 e, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/6/1993.

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - FORMATO ODS.

(0765139)

Disponível em: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-contratos> (pesquisar por número e ano da licitação) e <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/comprasnet-siasg> (pesquisar UASG 070012, por número e ano da licitação).

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO OU DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual/distrital nº _____, estabelecida no (a) _____, prestou serviços de implantação de _____ (nº de circuitos) circuitos de comunicação de dados para este órgão (ou para esta empresa). Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos integralmente e satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que a desabone comercial ou tecnicamente.

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor
(com nº de matrícula ou do CPF)

ANEXO IV

CADERNO DE MÉTRICAS

1. Considerações Gerais

O presente “Caderno de Métricas e Níveis de Serviço” visa estabelecer os requisitos mínimos de qualidade, a serem cumpridos pela empresa Contratada, para consecução dos objetivos da contratação.

Conforme definido no Termo de Referência (Anexo I ao Edital do Pregão 17/2019) , o pagamento mensal dos serviços de suporte estará sujeito a glosas, nas hipóteses em que as metas estabelecidas neste documento não sejam cumpridas.

A aplicação reiterada de glosas associadas a um mesmo indicador, para um mesmo enlace de comunicação, por três meses consecutivos ou cinco meses intervalados, ao longo de um ano, sujeitará a Contratada às sanções previstas no Termo de Referência (Anexo I ao Edital do Pregão 17/2019) ou, até mesmo, a rescisão contratual.

1.1 Indicadores de Desempenho

ÍNDICE DE RETARDO DA REDE (IRR)

O que mede	O retardo admitido para cada enlace contratado
Justificativa	Visa monitorar o tempo gasto para transmissão de pacotes nos enlaces de comunicação.
Quem mede	A empresa contratada.
Quando medir	Deverão ser realizadas, no mínimo, 5 (cinco) medições MENS AIS. O Tribunal se reserva ao direito de exigir medição(ões) adicional(is) a qualquer momento.
Como medir	<p>A Contratada deverá enviar pacotes ICMP de tamanho fixo (32 bytes), durante 5 minutos, entre os terminais de origem e destino (equipamentos de borda e concentrador instalados nas dependências do Contratante).O IRR apurado corresponde ao valor máximo do “Round Trip Time” (RTT).</p> <p>“</p> <p>Round Trip Time” (RTT) é o tempo decorrido entre o envio de um pacote ICMP de requisição e seu recebimento na origem.</p>
Relatório de Nível de Serviços (RNS)	A Contratada deverá disponibilizar, mensalmente, o relatório contendo o IRR para cada um dos enlaces contratados, cujas medições serão validadas por meio do sistema de monitoramento do Tribunal (ZABBIX).
Meta	IRR <= 50 ms (milissegundos) para cada medição realizada.
Polaridade	Quanto menor, melhor.
Sanções	Glosa de 2 % (até o limite de 10 %) sobre o valor mensal do enlace, para cada medição que tenha excedido a meta.
Observações	Este indicador será apurado após todos os enlaces entrarem em operação. O Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário. O valor de IRR apurado será desconsiderado quando, no momento da realização da medição, o enlace estiver operando em sua capacidade máxima.

ÍNDICE DE PERDA DE PACOTES (IPP)

O que mede	O percentual de perda de pacotes para cada enlace contratado.
Justificativa	Visa monitorar a ocorrência de erros de transmissão de dados.
Quem mede	A empresa contratada.
Quando medir	Deverão ser realizadas, no mínimo, 5 (cinco) medições MENS AIS. O Tribunal se reserva ao direito de exigir medição(ões) adicional(is) a qualquer momento.

A Contratada deverá enviar pacotes ICMP de tamanho fixo (32 bytes), durante 5 minutos, entre os terminais de origem e destino (equipamentos de borda e concentrador instalados nas dependências do Contratante).

O IPP será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IPP} = [(\text{NPE} - \text{NPR}) / \text{NPE}] * 100$$

Como medir

Sendo:

IPP = Índice de Perda de Pacotes em %;

NPE = número de pacotes enviados;

NPR = número de pacotes recebidos.

Relatório de Nível de Serviços

(RNS)

Contratada deverá disponibilizar, mensalmente, o relatório contendo o IPP para cada um dos enlaces, cujas medições serão validadas por meio do sistema de monitoramento do Tribunal (ZABBIX).

Meta

IPP <= 1% para cada medição realizada.

Polaridade

Quanto menor, melhor.

Sanções

Glosa de 2 % (até o limite de 10 %) sobre o valor mensal do enlace, para cada medição que tenha excedido a meta.

Observações

Este indicador será apurado após todos os enlaces entrarem em operação. O Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário. O valor de IPP apurado será desconsiderado quando, no momento da realização da medição, o enlace estiver operando em sua capacidade máxima

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE MENSAL (IDM)**O que mede**

A disponibilidade dos enlaces em termos percentuais.

Justificativa

Pretende monitorar a disponibilidade dos enlaces ao longo de um mês de operação.

Quem mede

A empresa contratada.

Quando medir

Ao final de cada mês de operação.

O IDM será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{IDM} = [(T_o - T_i) / T_o] * 100$$

Como medir

Sendo:

IDM= índice de disponibilidade mensal do enlace em %;

T_o = período de operação (um mês) em minutos;

T_i = somatório dos tempos de inoperância, durante o período de operação (um mês), em minutos.

Relatório de Nível de Serviços

Contratada deverá disponibilizar, mensalmente, o relatório contendo o IDM para cada um dos enlaces, cujas medições serão validadas por meio do sistema de monitoramento do Tribunal (ZABBIX).

(RNS)

Meta

IDM \geq 99,50 %

Polaridade

Quanto maior, melhor.

Sanções

Glosa de 2 % (até o limite de 10 %) sobre o valor mensal do enlace, para cada 0,1% abaixo da meta.

Este indicador será apurado após todos os enlaces entrarem em operação.

O Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias, sempre que julgar necessário.

Considerar-se-á como tempo de indisponibilidade o intervalo compreendido entre o momento da interrupção do enlace e o seu efetivo restabelecimento às condições normais de operação.

O registro da interrupção do enlace pode ser realizado tanto pela Contratada, via sistema WEB, quanto pelo Contratante, mediante abertura de chamado.

Observações

Serão excluídas desta contagem as interrupções:

a) programadas, para fins de manutenção, desde que comunicadas ao Contratante com, pelo menos, 05 (cinco) dias úteis de antecedência da data do evento. Ressalte-se que as interrupções programadas só poderão ser realizadas entre as 19h01 e 6h, conforme consta do Termo de Referência (item 3.8.13);

b) ocasionadas por falta de energia elétrica nas instalações do TRE-SE, com o consequente desligamento dos equipamentos. As ocorrências desta natureza serão investigadas pelo Contratante, para fins de validação dos dados informados.

.

ÍNDICE DE TEMPO DE SOLUÇÃO DE CHAMADO (ITSC)**O que mede**

O tempo decorrido entre o registro de chamado técnico junto à Contratada e a solução definitiva do problema.

Justificativa

Pretende verificar se os chamados técnicos foram solucionados dentro do prazo estabelecido.

Quem mede

A empresa contratada.

Quando medir

Ao final de cada mês de operação.

O ITSC deve ser calculado para cada um dos chamados registrados na ferramenta WEB disponibilizada pela Contratante, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ITSC} = (\text{MSC} - \text{MAC}) - \text{TPA}$$

Como medir

Sendo:

ITSC = Índice de tempo de solução do chamado;

MSC = Momento da solução do chamado, expresso em horas e minutos;

MAC = Momento da abertura do chamado junto à Contratada, expresso em horas e minutos;

TPA = Tempo de pausa no atendimento, ou seja, os lapsos temporais ocorridos entre o MAC e o MSC, decorrentes de ações que dependeram de intervenção da Contratante. Exemplo: Não obstante o enlace de comunicação ter sido restabelecido, o chamado não pôde ser considerado solucionado porque o Cartório Eleitoral encontrava-se fechado (o expediente havia encerrado, por exemplo), impossibilitando a realização de testes.

**Relatório de
Nível de Serviços
(RNS)**

Contratada deverá disponibilizar, mensalmente, o relatório contendo o ITSC para cada um dos enlaces, cujas medições serão validadas por meio do sistema de monitoramento do Tribunal (ZABBIX).

Meta

ITSC <= 6 horas.

Polaridade

Quanto menor, melhor.

Sanções

Glosa de 2 % (até o limite de 10 %), sobre o valor mensal do enlace, para cada hora que tenha excedido a meta.

Este indicador será apurado após todos os enlaces entrarem em operação.

O Contratante reserva-se o direito de realizar auditorias sempre que julgar necessário.

Observações

A contagem de tempo deve ser realizada de forma ininterrupta, salvo quando a solução depender de ação por parte do Contratante, hipótese na qual o chamado será considerado pausado (vide TPA).

A contagem de tempo será pausada sempre que a solução depender de alguma iniciativa do Contratante.

ANEXO V

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

A -----, doravante referida simplesmente como CONTRATADA, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o número ----- com sede na-----, CEP -----, neste ato representada pelo <VÍNCULO DO SIGNATÁRIO COM A CONTRATADA>, <NOME DO SIGNATÁRIO>, nos termos do Edital do Pregão 17/2019, EM QUE FOI PACTUADO O SIGILO, compromete-se a observar o presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE, firmado perante a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE**, doravante referido simplesmente como **TRE-SE**, em conformidade com as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto deste TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO — TCMS é a necessária e adequada proteção às informações confidenciais fornecidas à CONTRATADA para que possa desenvolver as atividades contempladas especificamente no Edital do Pregão 17/2019.

Subcláusula Primeira - As estipulações constantes neste TCMS se aplicam a toda e qualquer informação revelada à CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA reconhece que, em razão da prestação de serviços ao TRE-SE, tem acesso a informações que pertencem ao TRE-SE, que devem ser tratadas como sigilosas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

O termo “informações controladas de propriedade exclusiva do TRE-SE” abrange toda informação, por qualquer modo apresentada ou observada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pen drives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, entre outras a que, diretamente ou através de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, venha a CONTRATADA ter acesso durante ou em razão da execução contratual celebrada.

Subcláusula Primeira - Em caso de dúvida acerca da natureza confidencial de determinada informação, a CONTRATADA deverá mantê-la sob sigilo até que seja autorizada expressamente pelo representante legal do TRE-SE, referido no Edital do Pregão 17/2019, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma, a ausência de manifestação expressa do TRE-SE poderá ser interpretada como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

A CONTRATADA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do TRE-SE, das informações controladas reveladas.

Subcláusula Primeira – As informações de caráter técnico observadas ou informadas durante a execução contratual que impactem especificamente os produtos ou serviços fornecidos e prestados pela CONTRATADA poderão ser utilizadas por essa para a melhoria de seus produtos, reparos ou mesmo compartilhados com outros clientes sem a necessidade de autorização prévia do TRE-SE. Em nenhum momento o nome do TRE-SE ou outra fonte poderá ser vinculada ou distribuída conjuntamente com a informação dos produtos da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda - A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista na contratação decorrente do Pregão 17/2019, as informações controladas reveladas.

Subcláusula Terceira - A CONTRATADA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TRE-SE, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações controladas reveladas.

Subcláusula Quarta - A CONTRATADA possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

Subcláusula Quinta - A CONTRATADA obriga-se a informar imediatamente ao TRE-SE qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

CLÁUSULA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO

A quebra do sigilo das informações controladas reveladas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do TRE-SE, possibilitará a imediata rescisão de qualquer avença firmada entre o TRE-SE e a CONTRATADA sem qualquer ônus para o TRE-SE. Nesse caso, a CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo TRE-SE, inclusive os de ordem moral, bem como as responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA QUINTA - DO RETORNO DAS INFORMAÇÕES

A CONTRATADA devolverá imediatamente ao TRE-SE, ao término da contratação, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, bem como de seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação considerada confidencial, nos termos do presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, a que teve acesso em decorrência do vínculo contratual com o TRE-SE.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor a partir de sua assinatura e enquanto perdurar a natureza sigilosa ou restrita da informação, inclusive após a cessação da razão que ensejou o acesso à informação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Os casos omissos neste TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, assim como as dúvidas surgidas em decorrência da sua execução, serão resolvidos pelo TRE-SE. Por estarem de acordo, a CONTRATADA, por meio de seu representante, firma o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, lavrando em duas vias de igual teor e forma.

Aracaju, SE,

de

de 2019.

<REPRESENTANTE DA CONTRATADA>

<VÍNCULO DO REPRESENTANTE COM A CONTRATADA>

RG:

CPF:

ANEXO VI**TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.**

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO			
IDENTIFICAÇÃO			
NOTA DE EMPENHO:		PREGÃO Nº	
OBJETO			
CONTRATANTE:			
CONTRATADA:			
Por este Instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 18, inciso III, alínea "a", item 6 da Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013, que os serviços relacionados acima foram recebidos nesta data e serão objeto de avaliação quanto aos aspectos de qualidade, de acordo com os critérios de aceitação previamente definidos pelo Contratante.			
DE ACORDO			
Comissão de Recebimento e Fiscalização			
_____ <<nome>> <<matrícula>>		_____ <<nome>> <<matrícula>>	_____ <<nome>> <<matrícula>>

ANEXO VII**TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.**

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO		
IDENTIFICAÇÃO		
NOTA DE EMPENHO Nº:	PREGÃO Nº	
OBJETO		
CONTRATANTE:		
CONTRATADA:		
Por este Instrumento, atestamos para fins de cumprimento do disposto no artigo 18, inciso III, alínea "a", item 6 da Resolução CNJ Nº 182, de 17 de outubro de 2013, que os serviços relacionados acima possuem a qualidade compatível com a especificada no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 17/2019.		
DE ACORDO		

Comissão de Recebimento e Fiscalização		
<div><<nome>> <<matricula>></div>	<div><<nome>> <<matricula>></div>	<div><<nome>> <<matricula>></div>



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA, Analista Judiciário**, em 08/10/2019, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://apps.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0765782** e o código CRC **2E975026**.